

# “AMACIAMENTO” NEOLIBERAL: CONCEPÇÕES DE CIDADANIA E DESMOBILIZAÇÃO POPULAR

Nykolas Friedrich Von Peters Correia Motta<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente artigo consiste na apresentação e análise das respostas de 23 pessoas às perguntas “O que é cidadania?” e “O que é ser cidadão?”, além de algumas perguntas de identificação. Os respondentes são alunos e professores de uma escola particular de Porto Alegre. A partir de suas respostas, rastreei três grandes concepções de cidadania: como residência em um país, como exercício e como boa vontade. Destacou-se a ausência de referência histórica nas respostas, o que se explicaria pela marca do pensamento burguês em todas elas. Isso se deveria à desmobilização popular provocada pelo neoliberalismo. Por fim, analiso brevemente a música *Babylon System*, de Bob Marley.

## Palavras chave:

Cidadania. Neoliberalismo. Direitos. Luta. Política.

## Introdução

“Cidadania” é uma palavra forte e bonita. Não à toa, ela aparece na Constituição Cidadã de 1988 logo em seu primeiro artigo, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil<sup>2</sup>. Além de ser um dos fundamentos do Estado brasileiro, segundo o mesmo documento, é um dos objetivos da educação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>3</sup>. Só por essa formulação, depreende-se duas coisas: 1) que precisamos ser preparados para a cidadania, e 2) que a cidadania é *exercitada* ativamente. Como cidadania é exercício, então o melhor preparo para ela é *aprender fazendo*, quer dizer, *exercitando* a cidadania. Uma educação que não apenas não envolva o exercício ativo do educando, mas *tolha-o* em suas faculdades ativas é, por definição, uma educação *anti-cidadã* e *contrária* aos princípios declarados na Constituição.

Essa relação íntima entre cidadania e educação é reiterada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. O preparo para o exercício da cidadania reaparece,

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Filosofia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Filosofia pela mesma universidade. Email: [prof.nykolasfriedrich@gmail.com](mailto:prof.nykolasfriedrich@gmail.com).

<sup>2</sup> Cf. BRASIL, 2016, Art. 1º, p. 11.

<sup>3</sup> BRASIL, 2016, Art. 205º, p. 123.

junto com a qualificação para o trabalho, como um dos alvos da educação<sup>4</sup>. No documento, é enfatizado que a educação básica como um todo deve assegurar ao educando “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”<sup>5</sup>. A despeito dessa ênfase, a preparação para a cidadania é apenas declarada como meta do ensino médio<sup>6</sup>. A ideia de uma formação para a cidadania está, digamos, no DNA (para não dizer *base*) da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de 2017. Competência, conceito fulcral para o documento, “é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”<sup>7</sup>. Tal como na LDB a preparação para o exercício da cidadania era uma das metas da educação básica, na BNCC, o exercício da cidadania é finalidade explícita da sexta das dez competências gerais da educação básica<sup>8</sup>.

Apesar da centralidade da ideia de cidadania, nenhum dos três documentos chega perto de defini-la. Quase trinta anos se passaram entre eles, o que torna questionável se os três documentos estão pensando nas mesmas coisas quando usam a palavra “cidadania”. Ainda mais levando em conta o fenômeno que tomava tração durante os anos 90 do século passado. Paulo Freire, no mesmo ano da LDB (!), já o denunciava:

O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca<sup>9</sup>.

O educador brasileiro não se deixou levar pelo canto de sereia do fim da História e da luta de classes com a “derrocada” comunista e a “vitória” capitalista. Já nos anos 90 percebeu a

<sup>4</sup> Cf. BRASIL, 2017a, Art. 2º, p. 8.

<sup>5</sup> BRASIL, 2017a, Art. 22º, p. 19.

<sup>6</sup> Cf. BRASIL, 2017a, Art. 35o, p. 24.

<sup>7</sup> BRASIL 2017b, p. 8.

<sup>8</sup> Cf. BRASIL 2017b, p. 9.

<sup>9</sup> FREIRE, 2007, pp. 127-128.

malvadez que viria a ser escancarada neste começo de século XXI. Para ficar apenas nas primeiras quatro coisas que me vêm à mente: desmonte dos direitos trabalhistas, fascismo (esse companheiro inseparável do capitalismo!), aumento do abismo social entre as classes sociais e adoecimento psíquico generalizado. Mas somos livres para buscar nosso primeiro milhão. É só nos esforçarmos! E como fica a cidadania nesse cenário de terra arrasada de Estado e mesmo de amor ao próximo?

O presente artigo visa a esboçar uma primeira aproximação a essa pergunta. Através de formulário *online* dirigido a professores e alunos de uma escola particular de Porto Alegre, fiz as típicas perguntas de identificação junto com duas perguntas simples, mas capciosas: “o que é cidadania?” e “o que é cidadão?”. Os alunos em questão cursam os anos finais do ensino fundamental (sexto ao nono anos), de modo que não são  *muito* novos, mas novos o suficiente para terem crescido em um mundo de hegemonia neoliberal. Minha proposta era comparar suas respostas com as dos professores e ver se encontrava alguma diferença significativa entre elas (penso ter encontrado). Em um primeiro momento do texto, comento sobre as perguntas realizadas, detalhes de como o questionário foi feito e certas escolhas metodológicas. Na sequência, apresento as informações identificadoras dos respondentes e os resultados da enquete, os quais são analisados na sequência. Por fim, reflito sobre os resultados da análise usando como referência a música *Babylon System* (Sistema da Babilônia) lançada em 1979, de Bob Marley. Este artigo foi originalmente escrito como trabalho final para a disciplina EDU03097 – Política e Organização da Educação Básica, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disciplina cursada durante minha Licenciatura em Filosofia pela mesma universidade.

### **Sobre o formulário e seus respondentes**

O formulário foi disponibilizado em plataforma online (*Formulários Google*), e o link distribuído igualmente para professores e alunos de uma escola de Porto Alegre (cujo nome omito por confidencialidade). As respostas enviadas entre os dias 25 de outubro de 2023 e 06 de novembro do mesmo ano foram computadas. O formulário era composto por sete perguntas, seis delas dissertativas e apenas uma objetiva. As perguntas dissertativas, além das perguntas de pesquisa propriamente (“O que é cidadania?” e “O que é ser cidadão?”), diziam respeito a variáveis sociológicas. As pessoas respondentes poderiam informar sua *idade, gênero, raça e cidade e bairro* onde moravam sem ter de escolher entre opções pré-

definidas. Ofereci tal liberdade justamente porque não saberia prever de antemão um alcance de respostas. Felizmente, essa liberdade de resposta foi abusada em apenas alguns casos. Por fim, a única pergunta objetiva era sobre a ocupação de quem me respondeu – se era docente ou discente.

A ideia diretora da pesquisa foi a de verificar se haveria variação nas respostas de pré-adolescentes e adolescentes e aquelas de adultos. Por isso a questão sobre “ocupação” ser objetiva, uma vez que ela serviria para dividir as pessoas respondentes em dois grandes grupos. Para ser capaz de rastrear mais variações nesses dois grandes agrupamentos de respostas, introduzi perguntas identificadoras (com moderação) que me permitissem associar as respostas com *gênero, raça e classe social*. Como o tema da classe social é um assunto delicado entre os alunos dessa escola, não utilizei uma informação mais exata como, por exemplo, renda *per capita* familiar, pois perguntar por ela poderia ser *ofensivo* para eles. Em vez disso, optei pela informação do bairro e cidade que permite auferir a mesma informação, mas com mais inexatidão (afinal, um bairro julgado rico pode abrigar uma favela e um bairro julgado pobre, um condomínio de luxo). A pergunta sobre a idade dos respondentes poderia parecer redundante diante daquela objetiva sobre a ocupação, mas ela serviria para introduzir distinções entre os professores. Acaso as pessoas docentes mais velhas possuiriam uma opinião diferente sobre cidadania do que aquelas mais novas?

As informações recolhidas, incluindo as opiniões registradas, foram reproduzidas aqui tal e qual chegaram até mim. Elas contêm diversos erros de português e de digitação. Apenas utilizei a indicação “(sic)” no corpo do texto. As opiniões sobre cidadania e sobre ser cidadão foram analisadas segundo os ditames da análise filosófica. Procurei encontrar nelas a expressão de um esquema conceitual subjacente do qual a pessoa respondente, muitas vezes, não necessariamente estava consciente. Nesse sentido, tomei as declarações de quem respondeu como um indício da presença de certa visão de cidadania. Meu trabalho foi o de formular explicitamente essas visões de cidadania e conectá-las com o contexto neoliberal em que vivemos. Para lançar mão de uma imagem, é como se as palavras de meus respondentes fossem pontas de um ou mais icebergs encobertos por nossa inconsciência habitual dos conceitos que organizam nosso mundo. A parte submersa foi tentativamente esboçada por mim, mais como hipóteses para um trabalho posterior de investigação do que como a última palavra (ou interpretação) sobre o assunto ou mesmo sobre as declarações dos respondentes.

As informações identificadoras das pessoas que me responderam (mantidas anônimas, claro) são as seguintes:

**Tabela 1** – Informações identificadoras dos respondentes, segundo a ordem dos envios.

Respondente	Idade	Gênero	Raça	Ocupação	Cidade e bairro onde mora
I	56	Feminino	Branca	Professor	Bairro São José/Canoas
II	32	Feminino	Negra	Professor	São José [Canoas] <sup>10</sup>
III	67 anos	Feminino	Negra	Professor	Bairro Floresta - Porto Alegre
IV	30	Masculino	Pardo	Professor	Porto Alegre/tristeza
V	61	Feminino	Branca	Professor	Canoas - Harmonia
VI	14	Feminino	Branca	Aluno	Porto Alegre, Lomba do pinheiro
VII	14	Masculino	Negro	Aluno	Porto Alegre, Cidade Baixa
VIII	14 anos	Feminino	Branca	Aluno	Porto Alegre, Cidade Baixa
IX	12	Deus	Deus	Aluno	Porto Alegre, bairro floresta
X	11	Feminino	Branca	Aluno	Porto Alegre/Villa Nova.
XI	12.	Feminino.	Humano?	Aluno	Porto Algre, Vila Nova.
XII	13 anos de idade.	Gênero Masculino.	Raça: Branco.	Aluno	Cidade: Porto Alegre e bairro: Lomba do Pinheiro.
XIII	53	feminino	preta	Aluno	Porto Alegre, Bairro Centro Histórico

<sup>10</sup> Confirmado em conversa pessoal com a docente.



<b>XIV</b>	14	feminino	Parda (De acordo com a minha mãe)	Aluno	Porto Alegre e Bairro Partenon.
<b>XVa</b>	12.	Feminino.	...	Aluno	Porto Alegre, Partenon.
<b>XVb</b>	12.	Feminino.	...	Aluno	Porto Alegre, Partenon.
<b>XVI</b>	12	feminino	branca	Aluno	Porto Alegre - Praia de Belas
<b>XVII</b>	11	masculino	branca	Aluno	vila nova
<b>XVIII</b>	11 anos	Feminino	Negra	Aluno	Cidade: Porto Alegre. Bairro: Guaruja
<b>XIX</b>	12 anos	masculino	moreno	Aluno	restinga nova
<b>XX</b>	12	feminino	branca	Aluno	Porto Alegre - Cidade Baixa
<b>XXIa</b>	12 anos	Feminino	Parada	Aluno	Cidade onde eu nasci. Em Porto Alegre RS.. bairro onde eu moro Nonoai. E moro na ... [endereço excluído]
<b>XXIb</b>	12	Feminino	Parada	Aluno	Moro em Porto Alegre RS
<b>XXII</b>	12	Feminino	Preta	Aluno	Porto Alegre, bairro Santa Teresa
<b>XXIII</b>	11	Feminino	Ser humano	Aluno	Porto Alegre RS

Fiz a seguinte análise demográfica das pessoas respondentes:

- ◆ A maioria esmagadora das pessoas respondentes é composta de alunos (17), a minoria de docentes (5). Uma mãe de aluno também respondeu;

- ◆ A maioria (12) das pessoas respondentes possui de 11 (4) a 12 anos (8). O segmento (5) de 13 (1) a 14 (4) anos é quase idêntico ao das pessoas com 11 anos. Esses dois grupos correspondem aos discentes que responderam. Já os docentes possuem idade igual ou acima de 30 anos (30, 32, 56, 61 e 67). A mãe de aluno possui 53 anos;
- ◆ A maioria das pessoas respondentes se autodeclararam do gênero feminino (17), em comparação com uma minoria do gênero masculino (5, provavelmente 6, já que alguém respondeu ser do gênero Deus);
- ◆ Há praticamente um empate entre quem (10) se autodeclarou negro (4), preto (2), pardo (3) ou moreno (1), e quem se autodeclarou branco (9). Houve quatro pessoas que preferiram não declarar a raça (2 seres humanos, 1 ... e 1 Deus).
- ◆ A maioria dos respondentes é de Porto Alegre (20), a minoria de Canoas (3). Os respondentes se dividem entre os mais diversos bairros, com destaque para os bairros Cidade Baixa (3), Lomba do Pinheiro (2), Partenon (2) e Vila Nova (2), de Porto Alegre, assim como o bairro São José (2), de Canoas. Duas pessoas não declararam o bairro, e uma chegou até dar seu endereço residencial!

### Investigação conceitual a partir das respostas

As respostas oferecidas por professores e alunos das mais diversas idades foram as seguintes:

**Tabela 2** – Respostas sobre o que é cidadania.

O que é cidadania para você?	
I	Cidadania é ter vida digna, de qualidade. Casa para morar, trabalho, salário justo. Votar, escolher o que é melhor para meu país, estado, cidade.
II	É o conjunto de direitos que temos na sociedade.
III	É a condição que o ser humano possui para exercer seus direitos e deveres na sociedade.
IV	Para mim cidadania é o ato de exercer meus direitos de cidadão num país democrático. Sejam os direitos políticos, civis ou sociais.
V	Conjunto de direitos e deveres de um cidadão no seu país de origem. Promove a participação das pessoas em diversos setores da sociedade como a construção social,

	política e o exercício da democracia.
<b>VI</b>	Cidadania é ter direitos e deveres.
<b>VII</b>	Conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo
<b>VIII</b>	Eu acho que a cidadania é quando alguma pessoa passa a ter determinados direitos e também compromissos com o governo do lugar onde ela mora e pertence, sendo considerada uma cidadã. Atualmente, por conta dos conflitos na região de Israel e da Palestina, ouço e vejo muito em vários veículos ideológicos sobre pessoas que antes tinham apenas a cidadania israelense, se refugiando para o Brasil e ganhando também a cidadania brasileira para, provavelmente, terem uma segurança maior.
<b>IX</b>	Para mim é quando você nasceu em determinado local ou tem uma paixão e se identifica por esse lugar.
<b>X</b>	Cidadania é onde as pessoas/cidadãos tem direitos e deveres.
<b>XI</b>	Cidadania para mim é uma forma de falar do povo inteiro, quando eles estão unidos por uma causa.
<b>XII</b>	É um conjunto de pessoas vivendo em uma determinada região, formando uma sociedade, onde vivem em harmonia, respeito e praticam boas ações.
<b>XIII</b>	Brasieira
<b>XIV</b>	Não sei ao certo, nunca realmente foi algo que nos foi ensinado muito a fundo e com clareza (ao meu ver, no caso).
<b>XVa</b>	Convivência entre os cidadãos.
<b>XVb</b>	Convivência entre os cidadãos.
<b>XVI</b>	são os direitos e principalmente os deveres que temos em viver em sociedade
<b>XVI I</b>	Cidadania é a pessoa cumprir com os com todas suas obrigações e deveres no lugar onde mora e ajudar as pessoas.
<b>XVI II</b>	Para mim cidadania é quando as pessoas são cidadãs com os outros .
<b>XIX</b>	e um país onde eu morro
<b>XX</b>	Para mim, cidadania são várias regras ou leis que fazem o ser humano viver em conjunto com outros, cada pessoa da sua maneira
<b>XXI a</b>	Não souber responder!



<b>XXI</b> <b>b</b>	Não soube fazer essa questão.
<b>XXI</b> <b>I</b>	A cidadania é a concretização concreta do exercício da democracia. O exercício da cidadania plena significa a posse de direitos civis, políticos e sociais. Expressa que todos são iguais perante a lei e pertencem a uma sociedade organizada
<b>XXI</b> <b>II</b>	Cidadania pra mim é o direito e dever do cidadão da pessoa

**Tabela 3 – Respostas sobre o que é ser cidadão.**

<b>O que é ser cidadão para você?</b>	
<b>I</b>	É poder exercer minha liberdade de escolha de religião, partido, de opinião. sem represálias, perseguição.
<b>II</b>	É se apropriar dos direitos e exercer papel diante da sociedade.
<b>III</b>	Indivíduo que goza de seus plenos direitos civis e político no seu estado
<b>IV</b>	Ser cidadão é fazer parte de uma sociedade, de um país e/ou até de uma cultura. Ser cidadão é exercer a cidadania.
<b>V</b>	Pertencer a um país e exercer seus direitos e responsabilidades.
<b>VI</b>	Ter seu lugar de fala mas respeitar a fala e opinião de outros
<b>VII</b>	Ser alguém educado e gentil
<b>VIII</b>	Ser cidadão, para mim, é ter dignidade, igualdade perante à lei, por exemplo: liberdade de expressão, direito de ir e vir, de ter uma moradia, saneamento básico... Coisas comuns que todos deveriam gozar. E, além disso, ao meu ver, faz sentido que o cidadão não seria considerado um cidadão se não estivesse inserido em uma sociedade, justamente porque ele não se relacionaria com nenhum outro indivíduo. Eu li isso em um livro, tenho quase certeza que o nome é "Teoria Crítica e Sociedade Contemporânea".
<b>IX</b>	Ser parte de um grupo de pessoas de um determinado lugar, mesmo sendo diferente delas somos um grupo que por mais que não concordem muito quando necessário se juntam e se ajudam, pode ser no futebol, no vôlei, igual na minha turma, ano passado todos se odiaram, chegou a jincana todos se juntarão e se apoiaram por mais que só por um mínimo tempo, isso não é diferente dos cidadãos de um bairro, cidade, estado, país.
<b>X</b>	Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei: ter direitos

	civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos.
<b>XI</b>	Cidadão é quem mora naquela região.
<b>XII</b>	Para ser cidadão é preciso saber agir diante dos problemas, ser responsável por seus atos, ter compaixão, ou seja, amar seu próximo, ajudar os necessitados, ter compromisso e não desistir nos momentos mais difíceis.
<b>XIII</b>	E respeitar os meus direitos e o direitos dos outros
<b>XIV</b>	A mesma resposta da pergunta anterior.
<b>XVa</b>	Respeitar as ordens do governo, cidade, estado, etc.
<b>XVb</b>	Pessoas que vivem e respeitam o governo, cidade, estado, (etc), onde moram.
<b>XVI</b>	É ter direitos
<b>XVII</b>	Ser cidadão é poder aproveitar as coisas boas que tem na sua cidade é ter direitos poder do passear pela cidade com segurança e também contribuir para segurança.
<b>XVII I</b>	Para mim ser cidadão é ser a melhor pessoa que eu conseguir e sempre ajudar os outros!
<b>XIX</b>	uma pessoa boa uma pessoa educada
<b>XX</b>	Para mim, ser cidadão é ser alguém que tem o seus direitos, por exemplo, ter o simples direito de viver, ter o direito de ser humano, ter liberdade, ter direito a igualdade...Mas eu também acho que todo ser humano pode ser cidadão, por que? pois TODO e QUALQUER ser humano deve ter direito de ser livre e ter direito de viver, sem que as pessoas julguem você.
<b>XXI a</b>	Par mim ser cidadão e ter direito a vida,á igualdade perante a lei , ter direito.é também participar no destino da sociedade, e ter direito políticos..
<b>XXI b</b>	Ser cidadão é ter direito à vida a liberdade a própria a igualdade parente a lei de ter direito civil e também participar no destino da sociedade.
<b>XXII</b>	Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos de cidadania. Trata-se também de participar do destino da sociedade, de votar, de ser eleito, de ter direitos políticos
<b>XXII I</b>	Cidadão é que respeita a lei de determinado Estado ou mais

Em uma rápida passada de olhos pelas respostas, destaca-se como nenhuma delas leva em conta a temporalidade ou a historicidade da cidadania. Nas definições oferecidas, há

menções a um onde, mas não a um quando. A resposta da pessoa X resume a cidadania ao seu onde: “cidadania é onde as pessoas/cidadãos tem (*sic*) direitos e deveres”. A cidadania estaria marcada pelo pertencimento a um país ou lugar<sup>112</sup>, mas esse país ou lugar não parece ter história, consistindo apenas em uma unidade espacial de compreensão. Os exemplos mais retumbantes dessa concepção da cidadania como pertencimento a um país são duas respostas que se destacam por sua simplicidade: Para a pessoa XIII (muito provavelmente a *mãe* de um aluno, já que não há alunos de 53 anos no ensino regular), cidadania é “brasieira” (*sic*); melhor dizendo, sua cidadania é essa. Já para a pessoa XIX, a cidadania não estaria ligada a um país, mas seria o próprio: “e (*sic*) um país onde eu morro (*sic*)”. As definições do que é ser cidadão, conforme o esperado, vão na mesma linha<sup>13</sup>. Para a pessoa X, “cidadão é quem mora naquela região”. Quer dizer, ser cidadão é ser sinônimo de ser um habitante de algum país ou lugar.

Como sabemos, morar em algum lugar não significa necessariamente *contribuir positivamente* para a vida de lá. Alguém pode morar com os pais e sequer lavar as próprias cuecas, por exemplo. Morar em algum lugar pode significar apenas *estar existindo ou subsistindo em uma certa fatia do espaço* por uma certa quantidade de tempo. Assim sendo, a definição da pessoa X do que é ser cidadão destaca uma característica da maioria das duas definições: o fato de que elas não encaram a cidadania como um exercício ativo e ser cidadão como ser alguém que age (ou que possui disposição para agir). Antes, encaram a cidadania como uma propriedade que se tem *passivamente*. Eu estou em um certo país, plim!, eu *tenho* cidadania nesse país e, por isso mesmo, *sou* cidadão. Sem fazer nada! Um número

<sup>11</sup> A partir daqui, reproduzirei as declarações de meus respondentes com palavras-chave importantes sublinhadas.

<sup>12</sup> Para a pessoa I, cidadania passa por “escolher o que é melhor para meu país, estado, cidade”. Para a pessoa IV, cidadania é “o ato de exercer meus direitos de cidadão num país democrático”. Para a pessoa V, é o “conjunto de direitos e deveres de um cidadão no seu país de origem”. Já para a pessoa VIII, cidadania é “ter determinados direitos e também compromissos com o governo do lugar onde ela mora e pertence”. Ela usa como exemplo o caso de refugiados israelenses que, além da cidadania israelense, ganham “também a cidadania brasileira”. É a referência mais concreta de todas as respostas. Para a pessoa IX, “é quando você nasceu em determinado local ou tem uma paixão e se identifica por esse lugar”. A pessoa XII interpreta a cidadania extensionalmente como “um conjunto de pessoas vivendo em uma determinada região, formando uma sociedade”, sem, todavia, responder o que torna um conjunto de pessoas em uma sociedade. Por fim, para a pessoa XVII, “cidadania é a pessoa cumprir com os com todas suas obrigações e deveres no lugar onde mora e ajudar as pessoas”.

<sup>13</sup> Para a pessoa IV, “ser cidadão é fazer parte de uma sociedade, de um país e/ou até de uma cultura”. Para a pessoa V, é “pertencer a um país e exercer seus direitos e responsabilidades”. Para a pessoa IX, ser cidadão é “ser parte de um grupo de pessoas de um determinado lugar [...] isso não é diferente dos cidadãos de um bairro, cidade, estado, país”. Para a pessoa XV, cidadãos são “pessoas que vivem e respeitam o governo, cidade, estado, (etc), onde moram”.

considerável de pessoas (as pessoas II, V, VI, VIII, X, XVI e XXIII) considera que ter cidadania é ter direitos e/ou deveres (responsabilidades)<sup>14</sup>. Uma vez que a cidadania seria algo que possuímos, seria de se esperar que ser cidadão, então, seria algo como *ser* dono de um carro. Alguém é dono de um carro porque *tem* um carro, o carro é *de sua propriedade*. Um cidadão possui certos direitos, certos direitos são de sua propriedade.

Apenas as pessoas VIII, X e XVI<sup>15</sup> deram esse passo “lógico”, digamos, entre ter e ser, mantendo uma coerência entre suas duas respostas<sup>16</sup>; já as pessoas II, V e VI, não. Por que? Seria simples dizer que suas respostas expressam intuições conflitantes sobre o assunto, sugerindo uma *incoerência* entre o que falaram de cidadania e do que é ser cidadão. Além de violar um princípio de qualquer interpretação de texto (o princípio de caridade de que se um texto lido me parece incoerente, então o problema está *comigo*, não com a pessoa autora do texto), dizer isso seria fazer uma leitura rápida e rasteira das respostas. A pessoa VI introduz um conceito bastante em voga contemporaneamente: ser cidadão é “ter seu lugar de fala mas respeitar a fala e opinião de outros”. Se “pensar lugar de fala seria romper o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia”<sup>17</sup>, então

<sup>14</sup> Para a pessoa II, cidadania é “o conjunto de direitos que temos na sociedade”. Para a pessoa V, é o “conjunto de direitos e deveres de um cidadão no seu país de origem”. Já para a VI, “cidadania é ter direitos e deveres”. Para a pessoa VIII, a cidadania é uma espécie de batismo, uma vez que seria “quando alguma pessoa passa a ter determinados direitos e também compromissos com o governo do lugar onde ela mora e pertence”. Alguém é batizado cidadão quando passa a pertencer ao lugar onde mora. A já citada definição da pessoa X de cidadania como “onde as pessoas/cidadãos tem direitos e deveres” pode ser levada nessa linha. Primariamente, a cidadania é onde as pessoas teriam direitos e deveres. *Secundariamente*, é ter esses direitos e deveres. Para a pessoa XVI, cidadania é “os direitos e principalmente os deveres que temos em viver em sociedade”. Por fim, para a pessoa XXIII, seria “o direito e dever do cidadão da pessoa”.

<sup>15</sup> Para a pessoa VIII, parte do que é ser cidadão é “é ter [...] igualdade perante à lei, por exemplo: liberdade de expressão, direito de ir e vir”. Já para a pessoa X, “ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis”. Por fim, para a pessoa XVI, ser cidadão tão simplesmente “é ter direitos”.

<sup>16</sup> Outras respostas consideram que ser cidadão não é apenas ter direitos, mas ter direitos *efetivados* ou ter as necessidades básicas supridas. Para a pessoa I, a cidadania se resume a isso: “é ter vida digna, de qualidade. Casa para morar, trabalho, salário justo”. A já mencionada resposta da pessoa VIII possui um aspecto de efetivação: “ser cidadão, para mim, é ter dignidade, igualdade perante à lei, por exemplo: liberdade de expressão, direito de ir e vir, de ter uma moradia, saneamento básico... Coisas comuns que todos deveriam gozar”. Para a pessoa III, cidadão é o “indivíduo que goza de seus plenos direitos civis e político no seu estado”. Para a pessoa XIII, parte do que é ser cidadão é “respeitar [ter respeitado?] os meus direitos [...]”. Para a pessoa XX, “ser cidadão é ser alguém que tem o seus direitos, por exemplo, ter o simples direito de viver, ter o direito de ser humano, ter liberdade, ter direito a igualdade...Mas eu também acho que todo ser humano pode ser cidadão, por que? pois TODO e QUALQUER ser humano deve ter direito de ser livre e ter direito de viver, sem que as pessoas julguem você”. Por fim, penso que podemos interpretar a resposta da pessoa XVII na mesma direção: “Ser cidadão é poder aproveitar as coisas boas que tem na sua cidade é ter direitos poder do passear pela cidade com segurança e também contribuir para segurança”.

<sup>17</sup> RIBEIRO, 2021, p. 89.



essa resposta traz à tona as questões da voz e da subalternização. Ter direitos no papel não é suficiente: é preciso exercer sua voz, gritar bem alto até, porque nossa sociedade está estruturada para silenciar os subalternizados<sup>18</sup>. Ter lugar de fala não é simplesmente ser ouvido, é *fazer-se ouvir*, mesmo contra aqueles que *não* querem ouvir ou querem *ativamente* calar.

Esse detalhe do conceito de lugar de fala introduz a questão do conflito na discussão sobre cidadania e o ser cidadão. Cidadania não envolve uma harmonia pré-estabelecida, mas um conflito de interesses e luta de classes (dominantes versus dominados). Esse aspecto conflituoso (para não dizer *agônico*) é sugerido pela resposta da pessoa II: ser cidadão “é se apropriar dos direitos e exercer papel diante da sociedade”. Ter direitos não basta; é preciso apropriar-se *ativamente* deles, fazê-los próprios ou adequados a quem se é. Mas o verbo “apropriar(-se)” e o substantivo “apropriação” podem possuir conotações algo agressivas, até mesmo violentas, na qual a pessoa que faz sua alguma coisa a toma de outra pessoa, como em “apropriação indébita” ou “apropriação cultural”. Podemos ver que se apropriar dos direitos é não apenas um exercício ativo, mas um exercício que envolve *luta* e *conquista* (que são, não acidentalmente, palavras *bélicas*): direitos que se tem são direitos *conquistados*. Como o espaço social não é, digamos, uma fonte infinita de benesses, direitos conquistados envolvem uma *diminuição* dos privilégios dos (muitíssimo) privilegiados<sup>19</sup>.

A resposta da pessoa II aponta para a cidadania como uma luta em que direitos são *ativamente* conquistados. Já a resposta da pessoa V expressa uma visão mais genérica do ser cidadão como um exercício: “pertencer a um país e exercer seus direitos e responsabilidades”. A primeira parte da resposta corresponderia a uma dimensão passiva da cidadania, uma condição necessária para ser cidadão, mas não suficiente. Alguém não poderia exercer sua cidadania sem possuir direitos legalmente constituídos ou possuir cidadania em algum país<sup>20</sup>. O exercício da cidadania se dá dentro do jogo político ou social. A segunda parte da resposta corresponderia à dimensão ativa, uma condição suficiente para o ser cidadão: se alguém

---

<sup>18</sup> A resposta VI não é destituída de ambiguidades, todavia. Qual a relação entre lugar de fala, fala e opinião? Lugar de fala poderia ser, então, simples liberdade de exprimir opiniões? Ao mesmo tempo, não parece acidental que foi *logo* uma pessoa de um dos bairros mais pobres de Porto Alegre (Lomba do Pinheiro) que trouxe o conceito de lugar de fala.

<sup>19</sup> Não parece à toa que a pessoa II tenha se autodeclarada negra.

<sup>20</sup> Para a pessoa VIII, parte do que é ser cidadão é estar em uma sociedade: “o cidadão não seria considerado um cidadão se não estivesse inserido em uma sociedade, justamente porque ele não se relacionaria com nenhum outro indivíduo”. A pessoa VII chama atenção ao aspecto *relacional* da cidadania, algo que está implícito na (e é logicamente anterior à) ideia de possuir cidadania em algum país.

exerce seus direitos, então esse alguém é cidadão *de fato*. Essa resposta não determina, digamos, o quê ou o como do exercício da cidadania. Por isso mesmo, ela encapsula a visão genérica da cidadania como exercício<sup>21</sup>.

Assim, até agora, rastreamos nas respostas dois grandes sentidos de cidadania: um sentido *passivo*, da *cidadania como residência em um país*, segundo o qual a cidadania é morar dentro das fronteiras geográficas de um país e ter direitos e deveres; e outro sentido, ativo, que pressupõe o anterior e o complementa (em filosofia, diríamos que o *subsume*), da *cidadania como exercício*, segundo o qual a cidadania se daria no exercício dos direitos e deveres, sem determinar o conteúdo desses direitos e deveres ou como seriam exercitados. O sentido da *cidadania como luta* que apareceu em duas respostas seria um subtipo da cidadania como exercício justamente porque determinaria *como* o exercício da cidadania aconteceria (poderíamos dizer que é até uma espécie do gênero cidadania-como-exercício). Ora, esses dois sentidos abordam a cidadania como uma categoria *política*, em menor (cidadania como residência) ou maior grau (cidadania como exercício). Há ainda um terceiro sentido, que parece passar ao largo completamente da dimensão política da existência humana.

Dois respostas são paradigmáticas desse sentido apolítico de cidadania: para a pessoa XV seria a “convivência entre os cidadãos”, enquanto que, para a pessoa XVIII, “cidadania é quando as pessoas são cidadãs com os outros”. Cruzando as duas respostas, temos que cidadania é uma convivência em que as pessoas são cidadãs umas com as outras. E o que significa ser cidadã/o, nesse uso adjetivo? Ser moralmente bom e fraternal<sup>22</sup>. Esse

<sup>21</sup> Para a pessoa IV, cidadania é “o ato de exercer meus direitos de cidadão num país democrático. Sejam os direitos políticos, civis ou sociais” Para a pessoa XXII, que copiou e colou uma definição de cidadania da Secretaria da Justiça e Cidadania do Paraná, substituindo ineptamente uma palavra, “a cidadania é a concretização [no original, expressão] concreta do exercício da democracia. O exercício da cidadania plena significa a posse de direitos civis, políticos e sociais. Expressa que todos são iguais perante a lei e pertencem a uma sociedade organizada”. Já para a pessoa III, seria “a condição que o ser humano possui para exercer seus direitos e deveres na sociedade”. Seria essa condição ela mesma resultante do exercício dos direitos e deveres na sociedade, digamos, de gerações passadas? Se sim, poderíamos aproximá-la da concepção da cidadania como exercício. Essa concepção emerge também nas respostas ao que seria o cidadão. Para a pessoa I, ser cidadão “é poder exercer minha liberdade de escolha de religião, partido, de opinião, sem represálias, perseguição”. Para a pessoa IV, coerentemente, “ser cidadão é fazer parte de uma sociedade, de um país e/ou até de uma cultura. Ser cidadão é exercer a cidadania”. A pessoa XXII também copiou a definição de cidadão do mesmo artigo do órgão público do Paraná (e nisso foi acompanhada da pessoa XXI, que eliminou parte da definição): “Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos de cidadania. Trata-se também de participar do destino da sociedade, de votar, de ser eleito, de ter direitos políticos”.

<sup>22</sup> Para a pessoa VII, ser cidadão é “ser alguém educado e gentil”. Já para a pessoa XII, “para ser cidadão é preciso saber agir diante dos problemas, ser responsável por seus atos, ter compaixão, ou seja, amar seu próximo, ajudar os necessitados, ter compromisso e não desistir nos momentos mais difíceis”. O cidadão parece ser uma pessoa moralmente perfeita! Algo confirmado pela pessoa XVIII, para quem “ser cidadão é



sentido é apolítico *na mesma medida* em que é moral. Ele parece não apenas não realizar distinção entre a esfera pública, política por excelência, e a esfera privada, mas também ignorar a diferença entre ação coletiva e ação individual. Como fica claro na resposta da pessoa XII à pergunta sobre cidadania: "é um conjunto de pessoas vivendo em uma determinada região, formando uma sociedade, onde vivem em harmonia, respeito e praticam boas ações". As pessoas convivem fraternalmente entre si, não porque há dispositivos de ação ou autodeterminação coletiva, mas porque agem de forma moralmente boa individualmente.

A levar a sério essa definição, provavelmente *nenhuma* sociedade humana até agora seria uma candidata viável ao *status de cidadania*. Em qual lugar do mundo *todas* as pessoas viveram ou vivem harmoniosamente e praticando boas ações? Esse aspecto idealizado aparece em outra resposta, naquela da pessoa XI: "Cidadania [...] é uma forma de falar do povo inteiro, quando eles estão unidos por uma causa". Qual povo inteiro já esteve unido como um todo por uma causa? Esse sentido apolítico de cidadania parece ignorar justamente as estruturas de dominação, que estão no centro do sentido da cidadania como luta, já que são elas que dividem as pessoas entre dominadores e dominados. O espaço social se dissolve nas ações individuais das pessoas, em vez de ser composto por estruturas sócio-políticas objetivas, independentes, inclusive, de suas vontades. Por conta disso tudo, não parece exagero chamar esse sentido apolítico de cidadania de *cidadania como boa vontade*.

Se fiz justiça às respostas analisadas, é possível sintetizá-las com o quadro abaixo:

**Tabela 4** – Categorizações das respostas

Sentido	Ativo	Passivo	Político
Cidadania como residência	X	V	V
Cidadania como exercício	V	X	V
Cidadania como luta (tipo de exercício)	V	X	V
Cidadania como boa vontade	V	X	X

ser a melhor pessoa que eu conseguir e sempre ajudar os outros!". Por fim, a pessoa XIX considera o cidadão "uma pessoa boa uma pessoa educada"

## Reflexão a partir da análise das respostas

As três grandes concepções de cidadania rastreadas acima (como residência, como exercício e como boa vontade) possuem a marca do pensamento burguês. A ausência de referência histórica nas respostas das vinte e três pessoas revela, justamente, a concepção do sujeito autônomo e *fora da história* do individualismo burguês<sup>23</sup>. As estruturas da subjetividade, seja do pensamento, seja da vontade, não são vistas como determinadas pelo processo histórico, mas sim o contrário: as estruturas da subjetividade determinam o rumo do processo histórico. A causalidade é invertida. Embora as respostas falam de países, a cidadania não dependeria de circunstâncias concretas e históricas. São países sem história, já que a cidadania não é vista como uma conquista de seres humanos concretos, com suor e sangue muito reais, mas sim como algo “dado de barato” (*taken for granted*). A resposta da pessoa III de que cidadania “é a condição que o ser humano possui para exercer seus direitos e deveres na sociedade” pode ser aproximada da concepção burguesa do *direito natural*. A condição mencionada pode ser aproximada de uma *condição humana* supostamente universal. Nascer humano me faria sujeito de direitos. Reivindicar meus direitos seria reivindicar algo que teria desde o berço ... por alguma misteriosa (e inexplicada) razão.

A concepção de cidadania como residência corresponde a uma tentativa de explicação dessa misteriosa razão. Nós temos direitos porque nascemos em um país: alguém “ao se integrar ao Estado por uma vinculação jurídica, adquire a condição de cidadão universal”<sup>24</sup>. Mas e como adquire essa condição? É uma modificação sobrenatural do ser da pessoa? Seria ela como que sinetada pelo Estado, quase à maneira do Deus cartesiano, que deixaria a ideia de perfeição como sua marca de Criador? Mas onde encontramos essa marca? No corpo da pessoa? Na alma? A forma de expressão do direito natural trai justamente uma metafísica dos discursos que tipicamente abstraem das condições concretas das práticas sociais e projetam essas práticas em um céu imutável de ideias. O poder explicativo da concepção de cidadania

<sup>23</sup> Cf. LIMA; JUNIOR; BRZEZINSKI, 2017, p. 2486.

<sup>24</sup> LIMA; JUNIOR; BRZEZINSKI, 2017, p. 2486.

como residência é o mesmo da *virtus dormitiva*: um dado concreto (nossas práticas jurídico-legais, o fato de algo fazer dormir) é explicado por alguma propriedade abstrata e abstrusa que é somente uma replicação do concreto, mas isolado de seu contexto (a *condição* que nos faz capazes de participarmos de práticas jurídico-legais, o *poder* de fazer dormir).

Mesmo a condição da cidadania como exercício é burguesa já que joga dentro dos limites das regras do jogo do Estado burguês. Como diz a pessoa IV, cidadania é “o ato de exercer meus direitos de cidadão num país democrático”. E qual “país democrático” é esse? Qual democracia é essa? De que adianta jogar as regras do jogo, se o jogo está calibrado para favorecer uns poucos em detrimento da esmagadora maioria? Conquistar direitos dentro desse jogo (do Estado Democrático de direito) “jamais pode ultrapassar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital, já que o indivíduo pode perfeitamente ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado”<sup>25</sup>. E se a verdadeira democracia só fosse possível por uma alteração radical das regras do jogo? A cidadania como luta, subtipo da concepção da cidadania como exercício, deixa espaço para uma alteração radical assim. Só que deixar espaço aberto não significa ocupá-lo de fato. Uma tal radicalidade é mais sugerida por uma certa leitura das (as más línguas dirão *forçada nas*) respostas do que está efetivamente presente nelas respostas.

As três grandes concepções possuírem a marca do pensamento burguês mostram o que poderíamos chamar de *amacramento* neoliberal a partir de Paulo Freire:

A capacidade de nos *amaciar* que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> LIMA; JUNIOR; BRZEZINSKI, 2017, p. 2487.

<sup>26</sup> FREIRE, 2007, p. 126.

São concepções *amaciadas* porquanto *desmobilizadas*. Elas aceitam como dado as regras do jogo, não possuindo imaginação política para divisarem uma sociedade utópica que não seja capitalista (quer dizer, *opressora*). Essa falta de imaginação e de indignação encontram sua forma mais manifesta na concepção da cidadania como boa vontade. O sonho do opressor é o oprimido não possuir mais sonhos e almejar apenas migalhas e as cadeias de suas correntes.

A concepção marxiana de cidadania se encontra oposta a isso tudo. Ela ecoa, ou mesmo encontra expressão, em uma música de Bob Marley de 1979 intitulada *Babylon System* (Sistema da Babilônia). O primeiro trecho que me interessará aqui é o seguinte:

Nós nos recusamos a ser  
O que vocês querem que nós sejamos.  
Nós somos o que nós somos  
É assim que vai ser, se vocês não sabem,  
Vocês não podem educar eu<sup>27</sup>  
Para oportunidade igual alguma (falando sobre minha autonomia [*freedom*]),  
Falando sobre minha autonomia,  
Sobre a autonomia e a independência (*liberty*) do povo!  
É, nós temos pisado na dorna por tempo demais  
Revolte-se, revolte-se!  
É, nós temos pisado na dorna (*trodding on the winepress*) por tempo demais  
Revolte-se, revolte-se!

O eu lírico da canção de Marley revela justamente a consciência da limitação da conquista dos direitos dentro do Estado burguês (“oportunidade igual alguma”). A educação formal, que supostamente garantiria a ascensão social, apenas atrofia as potencialidades e apaga a diversidade das culturas. Por meio, por exemplo, do preconceito linguístico dirigido contra as variantes populares da linguagem. Quando Marley fala que “vocês não podem educar eu”, estaria falando “errado” na visão precocitosa das elites, mas na verdade está afirmando o direito à diversidade linguística – e a legitimidade da variante jamaicana do inglês.

<sup>27</sup> É bastante sintomático que algumas versões da letra da música “corrigem” “I” para “us”.  
Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - V. 40 – Set/Dez. 2023.

Ademais, há a sugestão, através da proximidade dos versos, entre a educação para uma suposta igualdade de oportunidades e o fato de os subalternizados “terem pisado na dorna por tempo demais”. Aqui é preciso observar que “pisar na dorna” (seguindo a tradução da Bíblia de Jerusalém) é uma expressão extraída de Isaías 63:2, o que não é nenhuma surpresa dada a religiosidade Rastafari. No contexto original, Deus é comparado a um vinhateiro com as roupas manchadas após pisar em uvas na dorna (a vasilha onde são esmagadas). Essas manchas seriam o sangue das nações inimigas de Israel, esmagadas por Deus. Na letra da música, o uso dessa expressão bíblica parece representar sobretudo a exploração capitalista do trabalho (os Rastafari são ferrenhamente *anti-capitalistas*), mas também a violência sofrida pelos subalternizados (eles são *esmagados* pelo sistema), assim como a promessa da revolução, em que os esmagadores serão esmagados. Como se a libertação revolucionária dos oprimidos fosse a manifestação da justa ira de Deus.

O pisar na dorna reaparece na música mais adiante, com uma outra sugestão por proximidade:

Porque, porque nós temos pisado na dorna por tempo demais

Rebele-se, rebele-se!

E nós temos sido desvalorizados (*takin' for granted*) por tempo demais.

Rebele-se, rebele-se!

“*Take for granted*” (ativo) ou “*to be taken for granted*” (passivo) é uma expressão idiomática que indica uma forma de descaso. Eu posso “*take for granted*”, por exemplo, alguma coisa que alguém me falou, no sentido que *dou de barato* sua verdade sem refletir ou questionar. Também posso “*take for granted*” a presença de minha mãe sem me dar conta de que ela não estará sempre comigo. Eu dou de barato a presença da minha mãe, por ela sempre ter estado comigo, e *desvalorizo-a* por conta disso. No sentido da letra, os subalternizados têm sido desvalorizados porque sua subalternização é dada de barato. As elites do Sistema da Babilônia (atualmente, o capitalismo) não têm medo dos subalternizados porque sua posição é naturalizada. Pisam sem receio nos oprimidos sem medo de que os oprimidos respondam à opressão.



É possível fazer uma aproximação, mediada pelo pisar na dorna, entre a educação formal e ser desvalorizado. As pessoas subalternizadas deixam-se pisar, quer dizer, ocupam posições subalternas no espaço social, justamente porque aprendem que não podem aspirar a mais do que isso. Aqui entra em jogo não apenas a estruturação da escola, que favorece aqueles com maior capital cultural, convencendo os que *contingentemente* não o possuem de que são *incapazes* de possuí-lo, mas também o fato de que a cultura e a história dos subalternizados não serem abordadas ou o serem de forma distorcida. As escolas contribuem para a subalternização no momento em que não mostram a riqueza cultural – e a *resistência* – daqueles que não estão no poder. É por isso que, no caso do Brasil, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são fundamentais como uma forma de empoderamento subjetivo: ser pisado não é a posição natural dessas pessoas. Tanto não é natural que a história dos subalternizados não é uma história de subalternização e passividade, mas de resistência e luta. Acessar esse conhecimento é acessar o exemplo de seus bravos e sábios ancestrais, que vêm resistido há pelo menos 500 anos à dominação.

Essa história de lutas é esquecida quando a dimensão política do ser humano e a historicidade dessa dimensão são esquecidas. Qual melhor forma de garantir a obediência dos subalternizados do que fazê-los esquecer da fragilidade de suas conquistas, de como seus direitos foram a duras penas conquistados? Para que submeter os corpos com a força das armas, se é possível submeter as mentes com ideologia e, assim, docilizar os corpos? As três concepções de cidadania carregam o gérmen da desmobilização popular, já que nenhuma delas questiona o estado de direito burguês. Mesmo a concepção da cidadania como luta, subtipo da cidadania como exercício, considera que a luta se dá na arena pública delimitada pela regra do jogo burguês. De todas as concepções, a concepção da cidadania como boa vontade é aquela em que a desmobilização é levada ao seu máximo, já que as esferas públicas e políticas não são levadas em conta. Ao convencer as classes oprimidas de que a cidadania é uma espécie de fraternidade universal sem atritos ou conflitos, as classes opressoras asseguram de que, por mais que pisem nas classes oprimidas, por exemplo, aos lhes tomarem direitos historicamente conquistados (como os da CLT), essas sejam incapazes de ver essa



pisada sob a ótica da luta de classes. Não é o caso que os interesses dos opressores e dos oprimidos sejam, por definição, incompatíveis! Não. Não haveria opressores nem oprimidos, nem classes sociais, na verdade, mas um conjunto de indivíduos empreendedores. Uns empreendem com seu corpo apenas e outros com os meios de produção e os corpos de centenas ou milhares de outros seres humanos ... mas esse é só apenas um *pequeno* detalhe!

A simples aparição da concepção da cidadania como boa vontade já é preocupante, mas torna-se ainda mais preocupante quando se percebe que os respondentes que endossam são todos jovens (VII = 14, XI = 12, XII = 13, XV = 12, XVII = 11, XIX = 12). Talvez seja um sinal dos tempos (neoliberais) que, em contrapartida, os endossadores da cidadania como exercício tenham idade igual ou superior a 30 anos (I = 56, II = 32, IV = 30 e V = 61). Os jovens adultos cresceram durante os anos 90, em que a narrativa neoliberal da ausência de alternativas ao capitalismo (e de luta de classes) tornou-se dominante, enquanto que os adultos maduros viveram a Ditadura e o movimento das Diretas Já. Os adolescentes e pré-adolescentes endossadores da cidadania como boa vontade já cresceram em um mundo neoliberal, de narrativa única. O resultado de sua formação é uma visão idílica da cidadania, idílica na mesma medida que obscurecedora da luta e da resistência das minorias subalternizadas. Uma visão que dá de barato que os direitos conquistados são imutáveis e que não se dá de conta de que é preciso lutar constantemente por eles. Ao menos enquanto os subalternizados forem pisados na dorna.

### **Considerações Finais**

O espaço social não é um cenário idílico de harmonia universal (como o clássico papel de parede do sistema operacional Windows XP), mas uma arena de disputa, de interesses conflitantes e luta de classes. A escola está no espaço social. Logo, a escola não é um espaço apartado do mundo dos adultos, em que a política não adentra, mas está imersa nele – e, ousado dizer, no *centro* dele. Por conta disso, nossa presença de aula não é isenta: ou estamos a favor dos oprimidos ou estamos a favor dos opressores. O individualismo e a alienação política de

nossos alunos estão a serviço da manutenção do estado de coisas neoliberal, já que a eles o futuro pertence. Sem imaginação política para alçar vôos, não conseguirão imaginar outros mundos possíveis. Para assegurarmos um futuro diferente – e sermos fiéis à Constituição Cidadã – é preciso ensinar a cidadania como exercício. Como fazer isso é um desafio que transcende os limites das páginas deste artigo. Que elas, pelo menos, sirvam para alertar da necessidade de vivenciar a cidadania na prática com nossos alunos. A democracia não pode morrer e a chama da indignação se apagar. Não desapontemos nossos ancestrais.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, , Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 14 de novembro de 2023.

BRASIL. **LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017a. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_led.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf)>. Acesso em: 14 de novembro de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Educação é a Base**. Brasília: MEC: CONSED: UNDIME, 2017b. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> . Acesso em: 14 de novembro de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LIMA, Maria Eliene; JUNIOR, Antônio da Silva Menezes; BRZEZINSKI, Iria. “Cidadania: Sentidos e Significados”. In: **Educere: XIII Congresso Nacional de Educação**, Curitiba, 2017, pp. 2481–2494.

MARLEY, Bob. **Babylon System**. Disponível em: <<https://www.jah-lyrics.com/song/bob-marley-the-wailers-babylon-system>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

Ribeiro, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.